

No 2º turno Centrão quer tirar 'exageros' da nova Carta

Da Sursal de Brasília

O Centrão é o principal interessado no segundo turno de votação do projeto da nova Constituição. Seus integrantes listam facilmente uma série de artigos a serem eliminados no capítulo "Dos Direitos Sociais", por imprimirem "avanços exagerados" nos direitos trabalhistas, e no Título "Da Ordem Econômica e Financeira", por seus aspectos nacionalizantes. A liderança do PMDB e os partidos de esquerda, em

contrapartida, querem a manutenção destes artigos.

A segunda rodada de votação é a última possibilidade de alterar o texto constitucional. "O estoque de emendas dos conservadores é muito maior do que o nosso. Afinal, nós somos os vitoriosos nos grandes temas", disse o deputado Nelson Jobim (RS), vice-líder do PMDB no Congresso constituinte.

Direitos sociais

Um dos principais coordenadores

do Centrão, o deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), confirma a tese de Jobim. "Temos que mexer em muita coisa. Do jeito que está, não pode ficar", afirmou, citando mais de dez pontos onde o grupo vai centrar fogo. Até agora, as atenções ficam divididas em dois temas principais: a nacionalização da exploração de recursos minerais e a jornada máxima de seis horas ininterruptas para o trabalho realizado em turnos. "São dois assuntos de maior seriedade e importância",

disse o senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

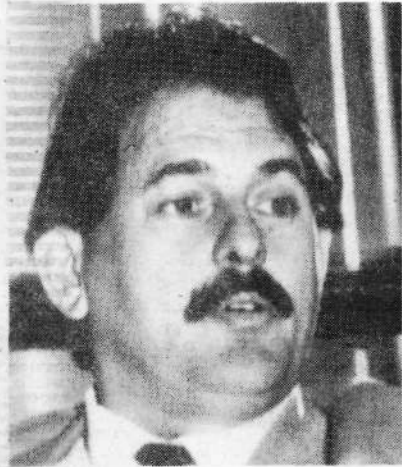
Mesmo sendo integrante do Centrão, o deputado Gastone Righi (SP), líder do PTB, apóia os artigos aprovados no capítulo "Dos Direitos Sociais", como a licença-paternidade de oito dias e a licença-gestante de 120 dias. "Quem tem de se preocupar é o pessoal da direita. A esquerda vai lamentar não ter incluído mais coisas", afirmou.

Pelo regimento do Congresso cons-

tituinte, os parlamentares poderão apresentar quatro emendas no segundo turno, mas apenas para suprimir parte do que foi aprovado ou para alterar a redação do texto. É proibida qualquer tentativa de mexer no conteúdo dos artigos. "Seria o caos mudar estas regras", afirmou o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), recebendo a concordância do Centrão, do PMDB e da esquerda.

O deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e do Congresso

constituinte, quer encurtar ao máximo esta segunda rodada de votações. A proposta da liderança do PMDB de que o constituinte possa submeter à votação apenas duas das quatro emendas apresentadas tem seu apoio incondicional, segundo o deputado Geraldo Alckmin (PMDB-SP). Pelos cálculos do PMDB, esta restrição e um acordo entre os líderes para evitar repetições e superposições na votação possibilitaria que o segundo turno durasse pouco mais de um mês.



Nelson Jobim

Muito satisfeito com o texto aprovado até o momento, o deputado do PMDB-RS demora para listar suas possíveis emendas. É certa a tentativa de eliminar a privatização dos cartórios aprovada pelo plenário. Uma emenda deve mexer na censura individual aos ministros de Estado do texto do sistema presidencialista de governo. Ainda não teve tempo para redigir suas emendas. O senador Mário Covas, líder do partido na Constituinte, reunirá seus vice-líderes para discutir e ratar as emendas a serem apresentadas.



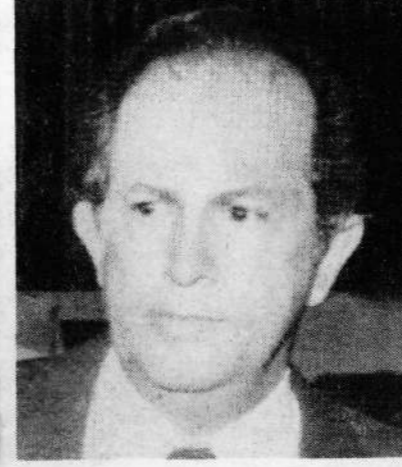
Luis Eduardo Magalhães

O deputado do PFL baiano, um dos coordenadores do Centrão, até agora, não conseguiu priorizar seus alvos. A maioria fica no capítulo "Dos Direitos Sociais" e no Título "Da Ordem Econômica". Quer o fim da licença-paternidade, da jornada máxima de seis horas ininterruptas para o trabalho realizado em turnos, do imposto sobre grandes fortunas, da nacionalização da exploração de recursos minerais, do voto facultativo a partir dos 16 anos e da proibição de novos contratos de risco para a exploração de petróleo.



Luis Inacio Lula da Silva

A única preocupação do ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e ex-presidente do PT, é eliminar a exigência de que a contribuição sindical, descontada em folha de pagamento, mantenha o "sistema confederativo". "Isso preserva a estrutura sindical do jeito que é hoje", afirma. Atualmente, 80% do dinheiro descontado vai para o sindicato e 20% para o Ministério do Trabalho. Da fatia do sindicato, 60% fica com ele, 15% vai para a Federação e 5% para a Confederação da categoria.



Albano Franco

Como presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o senador (PMDB-SE) quer suprimir palavras do artigo sobre o direito de greve. "Não pode ficar como está; uma greve irrestrita, selvagem." Quer eliminar a jornada de seis horas para o trabalho em turnos. A pedido do presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), vai "tesourar" as competências dos Tribunais Regionais do Trabalho, que pelo aprovado teriam a palavra final nas causas trabalhistas, eliminando o recurso final ao TST.

Entidades já se preparam para o lobby da supressão

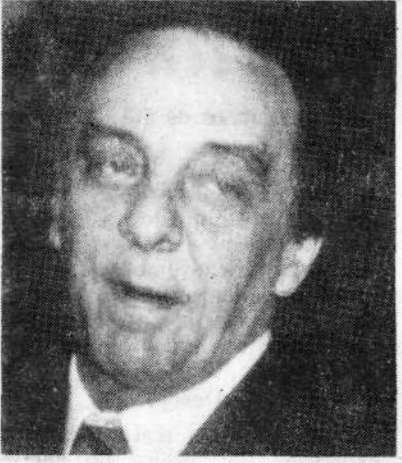
Da Redação

Da mesma maneira como fizeram para influenciar na aprovação ou rejeição de certos pontos na nova Carta, entidades já estão se movimentando para a realização do lobby supressivo, tirando do texto constitucional no 2º turno, artigos contrários a seus interesses. Esta disposição ficou mais clara na semana passada. Da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), todos defenderam cortes a serem feitos no projeto aprovado no 1º turno.

Segundo seu primeiro vice-presidente, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, a Fiesp quer tirar do texto constitucional, entre outros, itens

que diferenciam o capital nacional do capital estrangeiro, que definem o Estado como "agente fiscalizador" da economia, que garantem a usucapião urbana com prazo de cinco anos e estipulam a limitação dos juros bancários em 12% ao ano.

Na quarta-feira, falando a jovens empresários na Associação Comercial de São Paulo, o presidente da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida, defendeu a supressão de todo o capítulo referente à reforma agrária no 2º turno. Segundo d. Luciano, é melhor manter o atual Estatuto da Terra, pois o texto aprovado "é fraco". No mesmo dia, o presidente da Contag, José Francisco da Silva, também defendeu emenda supressiva para a reforma agrária. A Contag quer excluir do projeto, apenas o termo "propriedade produtiva", que entende "indefinido".



Mário Bouchardet

É o constituinte (deputado do PMDB mineiro) que mais falta às sessões, mas isto não o impede de fazer críticas ao trabalho dos seus colegas. "Se ficar do jeito que está, muita coisa será letra-morta. Ninguém vai respeitar", diz. Sua tesoura tentará acabar com a estabilidade de emprego, os 120 dias de licença para a gestante e os oito dias de licença-paternidade. Ele quer excluir do título "Da Ordem Econômica" o artigo que nacionaliza a exploração de recursos minerais.



Roberto Freire

O deputado pernambucano (PCB) só vai escolher suas emendas supressivas depois de votado todo o projeto. Mas pedirá a eliminação do "domicílio eleitoral" como condição de elegibilidade. "Isso tem de acabar. É uma invenção da ditadura", diz. Se um candidato tem votos num Estado é o bastante para justificar sua candidatura, diz ele. Sem apontar os artigos, pretende retirar "alguns resquícios" de parlamentarismo do sistema de governo presidencialista aprovado pelo plenário.



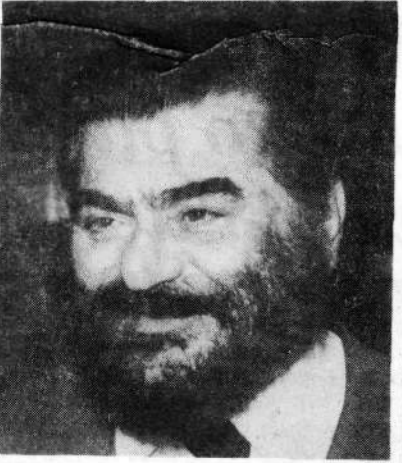
Jarbas Passarinho

Depois de conversar com os presidentes da Petrobrás, da Siderbrás e de várias empresas privadas, o senador do PDS paraense, convenceu-se de que o artigo que fixa uma jornada máxima de seis horas para o trabalho realizado em turnos deve ser riscado. Também quer suprimir a nacionalização da "pesquisa" dos recursos minerais, permitindo a participação de empresas estrangeiras. Apenas a lavra seria nacionalizada com a possibilidade de associações com capital estrangeiro.



Rita Camata

Não quer mudar absolutamente nada do que foi aprovado pelo plenário. A deputada (PMDB-ES) pensou sobre o assunto, tornou a pensar e decidiu que não usaria nenhuma das quatro emendas que tem direito, caso o segundo turno começasse agora. "O meu empenho é manter as conquistas consignadas no texto", diz. "A direita vai bombardear tudo que conseguimos de melhor", acrescenta. Deixa em aberto a possibilidade de tentar eliminar artigos que venham a ser aprovados.



Gastone Righi

O deputado paulista (PTB) ainda não pensou em apresentar emendas supressivas. "Quem tem de se preocupar é o pessoal da direita", afirma. Considera-se vitorioso no capítulo "Dos Direitos Sociais" e no Título "Da Ordem Econômica", onde foram incluídos "avanços" nos direitos dos trabalhadores e aspectos nacionalizantes da economia. Apoiaria uma emenda que exclua a privatização dos cartórios e outra que suprimisse o voto aos 16 anos.



Roberto Campos

O senador (PDS-MT) tem uma série de divergências quanto ao texto que foi aprovado. "Temos de acabar com a gravidez masculina", diz, ironizando a licença-paternidade de oito dias. Do capítulo "Direitos Sociais", quer suprimir o artigo que regulamenta o direito de greve. Sua meta principal será eliminar a nacionalização da exploração dos recursos minerais. É defensor da participação do capital estrangeiro na pesquisa e na lavra dos minérios.